



Comissão aprova Plano Plurianual e define votações

Moreira Mariz/Senado Federal



Pinheiro, Diniz e Vital, na CMO: aprovado o PPA, comissão ainda vai votar o relatório final do Orçamento para 2012

Com acréscimo de R\$ 108 bilhões em emendas, o planejamento do governo para os próximos quatro anos passou na CMO e deve ser votado na terça pelo Congresso

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem, com R\$ 108 bilhões em emendas, o relatório final do Plano Plurianual 2012-2015. O governo previa gastos de R\$ 5,4 trilhões.

O texto deve ser votado pelo Congresso na terça-feira. A CMO aprovou ainda os dez relatórios setoriais do Orçamento de 2012, e a votação do relatório final também deve ocorrer na próxima semana. **3**



José Cruz/Senado Federal

Ministro Mercadante, ao lado de Eduardo Braga, presta contas na CCT

Superar atraso científico é desafio para Mercadante

O ministro da Ciência e Tecnologia afirmou no Senado que a meta da pasta entre 2012-2015 é vencer defasagem tecnológica, ações limitadas de sustentabilidade,

de, pobreza e desigualdade regional. A conquista depende do aperfeiçoamento do marco de fomento à inovação e de novo padrão de financiamento, disse. **7**



Edmilson Aguiar/Secom-MT

Decisão da CRA vai afetar produtores como Maria Divina, de Juscimeira (MT)

Sucesso da Rio+20 depende de medidas firmes, diz Collor 4

Código Penal poderá tipificar crime de tráfico de pessoas 8

Acordo levará Rádio e TV Senado ao Maranhão 2

Diferenciação de valor pago a produtor de leite pode acabar

As indústrias de laticínios devem ser proibidas de pagar preços diferentes a produtores de acordo com projeto aprovado

ontem em decisão final. A proposta determina ainda que essas empresas informem antecipadamente quanto pagarão. **5**



Luiz de Paula/Senado Federal

Especialistas debatem inclusão de quimioterapia oral nos planos de saúde em audiência presidida por Jayme Campos

Cobertura obrigatória para câncer 6



Assine a newsletter

www.senado.gov.br/jornal

Regulamentação para clonagem de animal passa em comissão

Pela proposta, só fornecedor cadastrado em órgão federal poderá pesquisar e produzir material genético e clones de animais. **7**

Acordo de cooperação técnica entre o Senado e a Assembleia Legislativa do Maranhão, assinado ontem em Brasília, também vai permitir a criação da TV Assembleia na capital maranhense



Flávio Mattos, Mesquita, Virgínia Galvez, Doris, Arnaldo Melo, Sarney e Hélio Soares (D) durante assinatura de acordo

Rádio e TV Senado chegam a São Luís no próximo ano

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, assinou ontem, em Brasília, acordo de cooperação técnica com a Assembleia Legislativa do Maranhão para a implantação da TV e da Rádio Senado em São Luís. O acordo também vai permitir a criação da TV Assembleia em sinal aberto, por meio de subcanalização digital.

O Senado vai colocar à disposição da assembleia os equipamentos necessários à retransmissão local do sinal da TV Senado. A assembleia vai providenciar o espaço de instalação da TV e equipe técnica. O mesmo vai ocorrer com a rádio.

Outras cinco parcerias do mesmo tipo devem ser feitas com as assembleias legislativas

de Alagoas, Amapá, Amazonas, Rio de Janeiro e Roraima. O primeiro acordo foi assinado com a assembleia da Paraíba, em novembro.

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Arnaldo Melo, quer que a TV Assembleia comece a exibir programação já no início de 2012, por meio de subcanal da TV Senado. Ele disse esperar que a TV e a rádio deem mais transparência às atividades dos deputados e permitam contato maior com o cidadão. Melo elogiou os meios de comunicação do Senado e agradeceu o apoio de Sarney.

— A assembleia do Maranhão se sente honrada em receber o apoio do Senado.

Sarney disse que a união do Senado com outras Casas legislativas permite o aprimoramento da democracia. Ele elogiou a iniciativa da assembleia do Maranhão e avaliou que a implantação de meios de comunicação como a TV e a rádio permite exercício mais profundo da cidadania.

— A TV Senado transformou e deu novo ritmo ao nosso trabalho, pois permite maior interação com o cidadão — afirmou.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social da Casa, Fernando Cesar Mesquita, e o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) acompanharam a assinatura do acordo.



O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem exemplares do nono número da revista *Em discussão!*, que trata do projeto do novo Código Florestal, aprovado pela Casa dia 6. A entrega foi feita pelo diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, e pelo diretor do Jornal do Senado, Eduardo Leão (na foto, à esquerda). O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa do Maranhão, Hélio Soares (à direita), também recebeu a revista, que tem o objetivo de divulgar os debates ocorridos nas comissões com representantes da sociedade civil sobre projetos que serão votados.

Sarney participa de entrega de prêmio de inovação

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem no Palácio do Planalto, da entrega do 14º Prêmio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Na solenidade, a presidente Dilma Rousseff afirmou que, no atual estágio de crise econômica internacional e sob acirrada disputa por mercados, “o Brasil nunca precisou tanto de inventores e de criadores”. O prêmio é um reconhecimento a empresas, instituições e pessoas que tenham inovado.

Ela disse ainda que, tal como a erradicação da miséria, o governo também tem como prioridade investir na capacidade do setor produtivo em criar tecnologia avançada. “O atual cenário exige de nós mais competitividade”, disse.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, disse que “as empresas estão descobrindo que a inovação é essencial para a competitividade da economia moderna e que isso será completamente decisivo para o futuro do Brasil”. Na cerimônia, Mercadante fez questão de destacar que, pela primeira vez, o governo elege a área “como eixo estruturante do país”. (Com informações da Agência Brasil)

Retratos de Collor e Marconi integram galeria

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) homenageou dois de seus ex-presidentes — Fernando Collor (PTB-AL) e Marconi Perillo, atual governador de Goiás — com a instalação de fotografias na galeria da CI.

Em cerimônia repleta de autoridades e convidados, a presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou a trajetória política dos homenageados e agradeceu pelo trabalho desenvolvido por eles.

— Eles se destacaram pela atuação firme, destemida, jamais cedendo a pressões, agindo sempre com convicção nas suas posições e na defesa dos pilares que fazem desta uma democracia moderna e transparente — disse.

Ao falar de sua atuação na presidência da CI, Collor afirmou ter sido um desafio suceder Marconi no cargo.

— O trabalho realizado pelo então senador Marconi Perillo foi objeto de admiração e do aplauso de todo o Senado. Como presidente da CI, foi um enorme desafio substituí-lo e fiz o possível para continuar o trabalho por ele iniciado.

Marconi afirmou que a homenagem marca sua passagem pelo Parlamento ao lado de importantes figuras políticas do país. Ele fez referência especial ao senador Eliseu Resende, falecido em 2 de janeiro deste ano.

— Ele foi um dos maiores especialistas em transporte e infraestrutura no país, e a ele entreguei a missão de relatar o Plano Nacional de Viação que, ao final da minha gestão, foi entregue, discutido e aprovado. A ele dedico a minha gratidão e, como brasileiro, o meu agradecimento por tudo que fez pelo Brasil.



Valéria e Marconi Perillo, Lúcia Vânia, atual presidente da CI, e Fernando Collor

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Prorrogação da DRU

9h A sessão é deliberativa. Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Presidência Brasil sem Miséria

10h30 O senador José Sarney participa de cerimônia do termo de pactuação do Plano Brasil sem Miséria, no Palácio do Planalto.

CMO Relatórios finais

10h/14h30 A Comissão Mista de Orçamento reúne-se, no plenário 2 da Câmara, para examinar emendas ao Orçamento de 2012, relatórios setoriais do projeto orçamentário 2012 e relatório do projeto do Plano Plurianual 2012–2015.

CRA Balanço das atividades

9h Seminário para avaliar e debater relatório das atividades desenvolvidas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, bem como o ciclo de audiências públicas e palestras realizado em 2011.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Relator-geral já pode consolidar Orçamento

Terminou a votação dos dez relatórios setoriais do Orçamento da União para 2012. Os textos foram aprovados ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e encaminhados ao deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), relator-geral, que segunda-feira apresenta o parecer final.

As votações só foram possíveis depois que os líderes de partidos fecharam acordo sobre o calendário de votações até a próxima semana.

As votações foram rápidas. Todos os destaques dessa fase foram rejeitados e remetidos ao relator-geral, que decidirá se vai incluí-los no texto final. Segundo Chinaglia, a conta que chegou a ele soma R\$ 63 bilhões. “É impossível atender a tudo isso”, adiantou.

Nesse total, não estão os reajustes dos servidores, magistrados e procuradores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União — cujas reivindicações somam cerca de R\$ 10 bilhões —, nem dos aposentados que ganham acima do salário mínimo.

Os dez setores

- ▶ **Infraestrutura**, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
- ▶ **Poderes do Estado e Representação**, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE)
- ▶ **Integração Nacional e Meio Ambiente**, do deputado José Priante (PMDB-PA)
- ▶ **Planejamento e Desenvolvimento Urbano**, do deputado Giroto (PMDB-MS)
- ▶ **Fazenda, Desenvolvimento e Turismo**, do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE)
- ▶ **Trabalho, Previdência e Assistência Social**, do deputado Efraim Filho (DEM-PB)
- ▶ **Agricultura e Desenvolvimento Agrário**, do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
- ▶ **Justiça e Defesa**, do deputado Dilceu Sperafico (PP-PR)
- ▶ **Saúde**, do deputado Rui Costa (PT-BA)
- ▶ **Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte**, do senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Cronograma

Parlamentares fecharam acordo sobre o calendário de tramitação. De acordo com o presidente da CMO, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), as datas são as seguintes:

- 15/12 (ontem)** » votação do **relatório final** do senador Walter Pinheiro (PT-BA) referente ao **PPA 2012–2015**
- 20/12 (terça-feira)** » votação do **relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras com Indícios de Irregularidades Graves (COI)**, a partir das 10 horas. O relatório é do deputado Weliton Prado (PT-MG)
 - » votação do **PPA**, no Plenário, pelo Congresso Nacional, à noite
- 21/12 (quarta-feira)** » votação do **relatório geral do Orçamento 2012**, a cargo do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)
- 22/12 (quinta-feira)** » votação do **Orçamento 2012**, no Plenário do Congresso Nacional

COMEÇA HOJE 2º TURNO DE DISCUSSÃO SOBRE A DRU

Está prevista para hoje a primeira sessão de discussão, em segundo turno, sobre a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2015. Haverá outras duas sessões antes da votação final, que deve acontecer a partir de terça-feira.

As votações previstas para ontem foram adiadas, devido a acordo de líderes. Na pauta da próxima sessão, está o projeto que autoriza trabalho remunerado no Brasil para dependentes de integrantes do corpo diplomático do Quênia e vice-versa, além de 19 requerimentos.

PEDRO TAQUES DEFENDE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Pedro Taques (PDT-MT) criticou a prática de modificar o Orçamento da União por meio de emendas parlamentares individuais e defendeu a instituição do orçamento participativo. O senador questionou se é possível falar em combate à corrupção sem falar em emendas individuais. Ele disse que muitos parlamentares costumam direcionar emendas para cidades mais populosas, em uma clara tentativa de obter mais votos e criticou o processo de liberação dessas emendas.

— Um senador não pode se transformar em mero despachante do Orçamento da União — reclamou Taques.

Com base em reestimativa da receita da União, gastos previstos pelo governo para os próximos quatro anos, da ordem de R\$ 5,4 trilhões, receberam acréscimo de R\$ 108 bilhões em emendas

Comissão aprova Plano Plurianual de 2012 a 2015

COM ACRÉSCIMO DE R\$ 108 bilhões, por meio de emendas, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório final do Plano Plurianual (PPA) 2012–2015, em que o governo previa originalmente gastos de R\$ 5,4 trilhões para os próximos quatro anos. Apresentado pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA), o PPA deve ser votado pelo Congresso Nacional na terça-feira.

Walter Pinheiro explicou que o acréscimo de R\$ 108 bilhões na receita da União — anunciado há alguns meses pelo relator da receita do Orçamento, Acir Gurgacz (PDT-RO) — permitiu redistribuição dos recursos. Com essa redivisão, foram alocados, por exemplo, mais R\$ 2 bilhões na implantação do Programa Nacional de Banda Larga.

Em relação ao aumento salarial para as carreiras do Judiciário, o relator informou

que o assunto não é tratado no PPA, mas que ele poderia tentar outra redistribuição caso haja demanda nesse sentido.

O projeto aprovado na CMO traz as prioridades do governo Dilma Rousseff para os próximos quatro anos, focadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Plano Brasil sem Miséria. Entre as principais ações que serão executadas entre 2012 e 2015, estão a construção de 2 milhões de casas com o Programa Minha Casa, Minha Vida, a inclusão de 495 mil domicílios rurais no Programa Luz para Todos, a construção e adequação de 14,7 mil quilômetros de rodovias e 4,5 mil de ferrovias e a expansão da internet banda larga para 40 milhões de domicílios.

O PPA também trata da macroeconomia nos próximos anos, apontando que o produto interno bruto (PIB) chegará a R\$ 6,1 trilhões em 2015,

contra R\$ 4,1 trilhões neste ano. O salário mínimo será de R\$ 817,97, contra os atuais R\$ 545. A receita primária líquida se mantém estável, na casa dos 20% do PIB, o mesmo acontecendo com o superávit primário (1,6% ao ano).

Agenda

Na próxima segunda-feira, o relator-geral do Orçamento de 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), deverá apresentar seu relatório na CMO.

Na terça-feira, a comissão analisará o relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), coordenado pelo deputado Weliton Prado (PT-MG). A votação do relatório de Chinaglia na comissão está prevista para quarta-feira. Na quinta-feira, o texto será submetido ao Plenário do Congresso. *(Com informações da Agência Câmara)*



Senadores Walter Pinheiro, relator do PPA, Anibal Diniz e Vital do Rêgo, que preside a CMO: a comissão marcou para segunda-feira a votação do relatório de Arlindo Chinaglia sobre o projeto do Orçamento 2012

Bancadas pleiteiam quatro tribunais federais

Os parlamentares de quatro estados — Amazonas, Paraná, Bahia e Minas Gerais — concentraram suas emendas na inclusão de R\$ 300 milhões destinados à construção de quatro prédios para tribunais regionais federais (TRFs). Eles entregaram ao presidente

do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ari Pargendler, documento em que pedem a implantação dos TRFs.

Segundo o presidente da CMO, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), Pargendler informou que fará levantamento para avaliar o custo

da implantação dos tribunais. Atualmente, a Justiça Federal conta com apenas cinco TRFs, que atendem todos os estados: em Brasília (1ª região), Rio de Janeiro (2ª região), São Paulo (3ª região), Porto Alegre (4ª região) e Recife (5ª região). *(Com Agência Câmara.)*

Moka anuncia 2012 como Ano das Cooperativas



Vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, Waldemir Moka (PMDB-MS) informou ontem que o Ano Internacional das Cooperativas, em 2012, foi lançado em solenidade promovida pela Organização das Cooperativas Brasileiras. O senador disse considerar que a data é uma forma de fortalecer o cooperativismo. Em sua avaliação, o setor conquistou importantes resultados ao longo de 2011, como a lei sancionada semana passada com regras de licenciamento ambiental, definindo as competências da União, dos estados e dos municípios.

Suplicy lamenta morte de economista da UFRJ

Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou à Mesa do Senado voto de pesar pela morte do economista André Urani, ocorrida quarta-feira no Rio de Janeiro. Ele tinha 51 anos e deixa três filhos: Tomás, Francisco e Pedro. O senador apresentou condolências à família.

Suplicy descreveu Urani — que era professor da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets) — como pesquisador dedicado e apaixonado pela economia do Rio.

O senador mencionou a atuação de Urani no debate em torno da renda básica e enumerou trabalhos do extenso currículo do economista fluminense.



Cristovam (E) fala à CRE, ao lado de Mozarildo, Maggi, Vanessa, Anibal, Viana e Sérgio Souza, e diz temer ausência de chefes de governo em evento

Aprovados acordos com Eslovênia, Guiana e Gabão

Os textos de três acordos internacionais foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e serão agora submetidos ao exame final do Plenário. O primeiro acordo foi assinado em Libreville, em 2010, com o Gabão, para disciplinar o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular. Acordo com finalidade idêntica foi assinado pelo Brasil em Liubliana, em 2009, com a Eslovênia. O outro acordo, com a Guiana, trata de isenção parcial de vistos e foi assinado em 2009.

A CRE também tomou conhecimento do parecer favorável à indicação de Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo para embaixador na Costa do Marfim. A decisão está marcada para quinta-feira.

Comissão debate onda migratória do Haiti para o Brasil

Na terça-feira, a Comissão de Relações Exteriores discutirá a migração em massa de haitianos para o Brasil.

A audiência, requerida por Jorge Viana (PT-AC), deverá ter a participação de representantes do Alto Comissariado da ONU para Refugiados, dos ministérios das Relações Exteriores e da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Segundo Viana, o governo identificou “um fluxo de pessoas [do Haiti] muito significativo” a partir de janeiro de 2010, com o terremoto que atingiu o país, e depois de outubro de 2010, quando eclodiu epidemia de cólera no Haiti. Calcula-se que 4 mil haitianos tenham entrado no Brasil.

O mais grave, segundo o senador, é a participação de criminosos que cobram para trazer os migrantes.

Sem medidas mais firmes, Rio+20 caminha para o fracasso, diz Collor

CRE deve realizar em fevereiro audiência pública a fim de conhecer as providências do governo para assegurar êxito da conferência

A RIO+20, CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, prevista para junho de 2012, caminha para “um retumbante fracasso”, disse o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Fernando Collor (PTB-AL), com apoio de vários senadores.

Esses integrantes da CRE cobraram do governo federal providências para dar ao evento importância similar à da Rio-92, que há 20 anos reuniu no Brasil 182 chefes de Estado ou de governo.

Collor disse que, desde 13 de abril, quando a presidente Dilma Rousseff assinou comunicado conjunto com o presidente chinês Hu Jintao, comprometendo-se com o

êxito do evento, a importância da Rio+20 tem se reduzido no discurso dela.

— É preciso que a presidente atribua à Rio+20 o mesmo impulso que dá à realização da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016 — sugeriu.

De acordo com o senador, desde a Rio-92 a situação piorou e a preocupação com o aquecimento tem caído. A 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-17), encerrada em 11 de dezembro na África do Sul, segundo ele, “só não fracassou totalmente devido ao esforço da delegação brasileira”.

O presidente da CRE pediu firmeza do Brasil para

incluir de forma explícita nos temas escolhidos pelas Nações Unidas — que são economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável — as mudanças climáticas e formas de impedir retrocesso nos avanços obtidos na Rio-92.

Riscos

Vice-presidente da CRE, Cristovam Buarque (PDT-DF) declarou-se preocupado com notícias sobre a ausência de chefes de governo estrangeiro na Rio+20. Jorge Viana (PT-AC) alertou para a possibilidade de reunião do G20 ser realizada no México às vésperas da conferência, inviabilizando

a presença no Rio de Janeiro dos governantes da União Europeia mais as 19 maiores economias mundiais.

Collor revelou que há 20 anos, para assegurar a presença “essencial ao sucesso do evento” do então presidente dos Estados Unidos, George Bush [pai], na Rio-92, ele e o oceanógrafo Jacques Cousteau “acamparam” na Casa Branca. O então ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, obteve do governo de Washington, em 24 horas, a confirmação da presença de Bush.

Por sugestão de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a CRE deverá realizar em fevereiro audiência para conhecer as providências do governo pelo êxito da Rio+20.

COP-17 poderia ter avançado mais, avalia Sérgio Souza

Apesar de terem sido bons, os resultados da conferência sobre o clima realizada na África do Sul poderiam ter sido mais avançados, avaliou Sérgio Souza (PMDB-PR), ao comentar a última audiência pública promovida pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, a respeito da COP-17.

— Conseguiu-se a prorrogação de Kyoto, que foi o grande avanço da conferência, mas não é suficiente, esperávamos muito mais no que diz respeito



Sérgio Souza: saída de vários países do Protocolo de Kyoto é mau sinal

ao tema da COP-17, que eram as mudanças climáticas — disse.

A saída de Canadá, Rússia e Japão do protocolo foi vista como “um mau sinal de descomprometimento” em relação ao aquecimento global.

Para Suplicy, resultado de conferência ficou aquém do esperado

Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou ontem o fato de que a conferência da ONU sobre mudanças climáticas (COP-17), realizada na África do Sul, não tenha atingido os resultados esperados. Ele observou a ausência de grandes poluidores como Índia, Japão e Rússia na mesa de negociações, o que impediu, na avaliação dele, progressos significativos na discussão de metas.

— O resultado proposto em 1992 no Rio era para ser



Suplicy elogia participação da delegação brasileira na conferência

alcançado no ano 2000, mas, pelo que pudemos julgar da comparação dos dois eventos, não será sequer atingido em 2020 — afirmou Suplicy, referindo-se à redução da emissão de gases causadores do efeito estufa.

Prazo de funcionamento da CPI do Ecad é prorrogado até 31 de maio de 2012

O prazo da comissão parlamentar de inquérito que apura irregularidades na distribuição de direitos autorais, a CPI do Ecad, foi prorrogado por mais 120 dias, o que fará com que seus trabalhos sejam encerrados em 31 de maio de 2012.

Requerimento nesse sentido, com 38 assinaturas,

foi lido na quarta-feira em Plenário por Waldemir Moka (PMDB-MS).

A CPI, presidida por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), já tomou diversos depoimentos para avaliar o modelo de gestão coletiva de direitos autorais e a necessidade de aprimoramento da Lei 9.610/98, que trata do tema.



O presidente da Câmara, Marco Maia, entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, a Proposta de Emenda Constitucional 98/07 (número na Câmara), conhecida como PEC da Música. Ela concede isenção tributária à produção de CDs e DVDs com músicas de autores brasileiros. Sarney prometeu acompanhar a tramitação da proposta no Senado. Espera-se que, com a isenção, CDs e DVDs fiquem mais baratos, o que pode levar à diminuição da pirataria. Vários artistas foram ao Congresso manifestar apoio à proposta, como Fagner e Eduardo Araújo, recebidos por Sarney. A matéria foi aprovada na Câmara na terça-feira por 393 votos a 6 e 1 abstenção.

Benedito de Lira quer apoio de Dilma para estaleiro em Alagoas

Benedito de Lira (PP-AL) cobrou em pronunciamento no Plenário, na quarta-feira, o apoio da presidente da República, Dilma Rousseff, e da Petrobras à instalação do Estaleiro Eisa em Alagoas, que poderá ajudar no desenvolvimento econômico do estado.

— Há mais de dois anos, repito, tentamos a implantação definitiva desse empreendimento, que será um parceiro, principalmente, da Petrobras, na construção e no conserto de sondas, navios — disse o parlamentar.

Benedito lembrou que a indústria naval está aquecida, principalmente, em decorrência do crescimento da economia brasileira e da descoberta do pré-sal.

Segundo o senador, o estaleiro deve gerar 10 mil empregos diretos e produzir navios-sondas e navios-petroleiros — para transporte de petróleo, gás, grãos, bauxita e minério de ferro —, além de plataformas petrolíferas.



Estaleiro deve gerar 10 mil empregos, diz Lira

Para Cassol, expansão do Banco da Amazônia favorece agricultores

Ivo Cassol (PP-RO) elogiou a abertura de agências de fomento do Banco da Amazônia (Basa) em municípios de Rondônia, como Jaru, São Miguel do Guaporé e Pimenta Bueno.

De acordo com ele, a reivindicação de mais agências era antiga, com os pedidos datando da época em que ele foi governador do estado.

Segundo Cassol, as agências atenderão aos pequenos produtores rurais, que antes precisavam andar centenas de quilômetros até cidades como Ji-Paraná, Ariquemes ou Cacoal, para tentar acesso ao crédito e contar com facilidades como juros subsidiados.

Muitas vezes os agricultores gastavam cinco horas, deslocando-se 350 quilômetros, inclusive de balsa, para chegar a Porto Velho e obter crédito, salientou o senador.

— Era nossa busca e reivindicação, para fortalecer ainda mais o setor produtivo do Brasil, especialmente da região amazônica — disse Cassol.



Senador fala das novas agências no estado

Aprovado pela CRA, projeto também inclui determinação de que as empresas informem antecipadamente o preço que pagarão

Laticínios são proibidos de pagar preços diferentes a produtores

A DIFERENCIAÇÃO DE preços pagos pelas empresas de laticínios a produtores de leite deverá ser proibida e essas indústrias terão de informar aos produtores o preço pago pelo litro de leite até o dia 25 do mês anterior à entrega. As medidas estão previstas em projeto (PLC 80/11) aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Como a decisão foi terminativa, se não houver recurso para exame do Plenário, o projeto irá para sanção.

O autor, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), propõe ainda que a empresa que pagar preços diferenciados aos seus fornecedores estarão sujeitas a pagar indenização à parte prejudicada. Caso seja descumprida a determinação de informar o preço que será pago pelo litro do leite até o dia 25 do mês anterior, a empresa pagará ao produtor o maior preço praticado no mercado.

O deputado critica a prática das empresas de laticínios em sua relação com os produtores de leite, como o pagamento de preços mais baixos aos fornecedores que produzem menos e a falta de transparência com relação aos preços praticados. Nessa atividade, afirma ele, “o vendedor só fica sabendo o preço depois de 45 dias, em média, do produto vendido”.

O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), recomendou a aprovação e salientou que o projeto dará maior estabilidade às relações comerciais entre produtores de leite e empresas. “Há uma relação desigual e de maior exposição dos médios e pequenos empreendimentos ao risco quando o laticínio adquire o leite do produtor, mas não lhe informa antecipadamente o preço que pagará pelo produto”, afirma o senador. Para



Acir Gurgacz (C), relator, diz que é justo que produtor saiba o que receberá antes de entregar o produto



Preço do litro de leite pago aos produtores é fixado pelas empresas de laticínios após a entrega

ele, o planejamento da atividade leiteira, como qualquer outra, demanda informações antecipadas sobre os custos de produção e os preços do produto.

“Obrigamos os laticínios a divulgar os preços que serão pagos até o dia 25 de cada mês permite ao produtor, ao menos, optar por outro laticínio (quando

possível), barganhar melhores preços ou mesmo planejar o aumento ou a redução do uso de insumos na produção, a fim de obter a melhor relação custo-benefício de sua atividade”, justifica Gurgacz em seu parecer favorável.

— É justo que os produtores de leite possam saber quanto vão receber antes de entregar seu produto — disse.

Avança texto que beneficia trabalhador na entressafra

A Comissão de Agricultura aprovou projeto que concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.

Pela proposta, até 2020, os trabalhadores receberão de 12 em 12 meses, nos períodos de entressafra, até três pagamentos de um salário mínimo. Os recursos sairão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Para receber o seguro-desemprego, o trabalhador deverá ter renda familiar

inferior a um salário mínimo, ter sido remunerado pelo cultivo de cana-de-açúcar nos seis meses anteriores ao pedido do benefício e não receber outro benefício da Seguridade Social.

O projeto de lei em questão (PLS 502/09) é de autoria do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Ao ler o relatório elaborado por Benedito de Lira (PP-AL), Ivo Cassol (PP-RO) disse que o pescador profissional que exerce a pesca de forma artesanal já é contemplado, por lei, com o seguro-

-desemprego no período de defeso.

Ele afirmou que a modernização tecnológica acelerou a colheita da cana, o que resulta em menor uso desses trabalhadores — desempregados, terão de buscar outras atividades. O seguro-desemprego, observou o relator, poderá contribuir para capacitá-los para o exercício de outras profissões.

O texto será examinado pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. Não terá de passar pelo Plenário.

Ana Amélia pede recursos para vítimas de chuva de granizo no Rio de Grande do Sul

Temporal fortíssimo de granizo causou estragos em vários municípios gaúchos, como Fazenda Vila Nova, Flores da Cunha e Caxias do Sul, onde o acúmulo de gelo chegou a bloquear ruas, informou Ana Amélia (PP-RS). Em São Jerônimo, região metropolitana de Porto Alegre, cerca de 2 mil edificações foram atingidas por pedras de gelo de até 15 centímetros de diâmetro.

De acordo com a senadora, é a

terceira vez que prefeitura da cidade decreta situação de emergência este ano. A representante gaúcha pediu a imediata liberação de recursos para o município, que já solicitou R\$ 10 milhões, mas até agora nada recebeu.

Ana Amélia também assinalou a realização de audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir o PLS 352/11, de sua autoria, que inclui a quimioterapia oral, tratamento



Ana Amélia: audiência sobre quimioterapia oral

contra o câncer feito em casa, entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde. A senadora agradeceu o relator na CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), por sua dedicação ao projeto.

A CAS discutiu proposta de ampliar a cobertura dos planos de saúde, para incluir o tratamento oral de quimioterapia. O relator, Waldemir Moka, aprova, mas sugere responsabilidade na prescrição



Senador Jayme Campos (4º à esq.), presidente da CAS, coordena debate sobre atribuições dos planos de saúde

Para relator, planos devem cobrir quimioterapia oral

AS PESSOAS PORTADORAS de neoplasias — designação técnica para tumores cancerígenos — devem ter direito ao “que há de melhor” para seu tratamento. Essa é a opinião manifestada por Waldemir Moka (PMDB-MS) em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre projeto de lei do Senado (PLS 352/11) que torna obrigatória a oferta, pelos planos privados de saúde, de tratamento oral de quimioterapia. Moka é o relator do projeto, apresentado por Ana Amélia (PP-RS).

— Não me comove o argumento de que o lucro dos planos de saúde é pequeno. Mas tenho, sim, preocupação com quem prescreve o medicamento em quais circunstâncias, pois se trata de medicamentos caros — afirmou.

Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Martha

Regina de Oliveira observou que os medicamentos orais já possuem eficácia muitas vezes superior à dos tratamentos tradicionais endovenosos.

Por sua vez, o médico Paulo Hoff, diretor do Centro de Oncologia do Hospital Sírio Libanês, de São Paulo, informou que já existem mais de dez drogas orais para o tratamento do câncer e que é necessário definir “quem paga a conta” desses tratamentos, que chegam a até R\$ 10 mil por mês.

— Não deve haver liberdade excessiva na prescrição de medicamentos desse custo. O sistema de saúde complementar deveria ver essas medicações como vê as endovenosas, pois estas vão ser a exceção, e a rotina vai ser o tratamento oral, mais eficiente e provavelmente mais econômico — previu Hoff.

O presidente da Associação Médica Brasileira, Florentino Cardoso Filho, lembrou que

existem “custos não mensuráveis”, apontando que “resultados iguais ou melhores” podem ser alcançados com o tratamento em casa, onde o paciente está perto da família. A vantagem do tratamento em casa também foi ressaltada pela presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz, para quem a legislação deveria ser atualizada para incluir tratamentos orais de quimioterapia nos planos de saúde privados.

Para o presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, Arlindo de Almeida, a inclusão de mais obrigações para os planos pode acabar “elitizando” o sistema.

Moka, no entanto, avalia que “quem sai na chuva é para se molhar. Não posso colocar no mercado um plano de saúde e, após 20 anos, quando o cliente mais precisa, dar a informação de que infelizmente o seu caso não tem cobertura”.

Jucá comemora sucesso do tratamento de Lula



Luiz Alves/Senado Federal

Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou ontem o resultado positivo do tratamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o câncer na laringe. De acordo com boletim do Hospital Sírio Libanês, o tumor regrediu 75%, descartando a necessidade de cirurgia.

— É um alívio muito grande não só para mim, como amigo, mas também para todo o povo brasileiro — afirmou Jucá.

Wellington Dias (PT-PI) parabenizou a equipe médica que trata o ex-presidente.

Jayme Campos analisa trabalho da Comissão de Assuntos Sociais

A instituição do Sistema Único de Assistência Social (Suas) foi uma das principais contribuições da Comissão de Assuntos Sociais em 2011, segundo Jayme Campos (DEM-MT). Ele fez um resumo dos trabalhos desenvolvidos no ano pelo colegiado, de que é presidente, e citou diversos outros projetos, como a concessão de incentivos fiscais para empresas que tenham pelo menos 30% dos funcionários com idade superior a 55 anos. Jayme Campos lembrou também que a CAS regulamentou profissões importantes como taxista, DJ, cuidador de idoso e especialista em vinho.

Cássio pede apoio para portadores de doenças raras

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) pediu ontem em Plenário que o Senado apoie os portadores de doenças raras. Durante o pronunciamento, estava acompanhado por Patrick Teixeira Dornelles Pires, de 14 anos, que sofre de síndrome de Morquio, doença degenerativa do subgrupo das mucopolissacaridoses (MPS).

Cássio destacou a campanha para que os medicamentos utilizados no tratamento da doença — que custam

cerca de R\$ 50 mil por mês — entrem na lista do Programa de Medicamentos Excepcionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O representante paraibano relatou ter conseguido que um pesquisador de MPS, o médico Roberto Giugliani, apresente hoje recurso à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) para que o órgão permita a inclusão de 50 portadores da MPS tipo 4-A em pesquisa que distribui medicamentos aos portadores da síndrome.



Brasil tem 50 portadores da MPS, como Patrick Pires, que acompanhou o senador Cássio Cunha Lima em pronunciamento no Plenário

Pedro Franco/Senado Federal

Wellington destaca semana de aprovações

O senador Wellington Dias (PT-PI) comemorou, na quarta-feira, a aprovação



Luiz Alves/Senado Federal

de uma série de projetos pelo Senado nesta semana, com destaque para as proposições que regulamentam as profissões de comerciante (PLC 115/07) e de motorista profissional (PLC 319/09).

A aprovação dos relatórios finais da Subcomissão sobre Dependentes Químicos e da Comissão de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil também foi lembrada.

Paim enfatiza regulamentação de profissões

Paulo Paim (PT-RS) também ressaltou, na quarta-feira, a importância das proposições que regulamentam as profissões de motorista profissional e de comerciante. Ele lembrou o trabalho das comissões para produzir acordos em torno das matérias.



Marcio Mariz/Senado Federal

O senador comemorou ainda a aprovação na Câmara, em primeiro turno, da PEC 270/08, que garante a servidores aposentados por invalidez proventos integrais.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Waldemir Moka • Rodrigo Rollemberg • Pedro Taques • Jayme Campos

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burrel e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920



Guilherme Canela, Davi Ulisses, Lídice da Mata e Carmen de Oliveira na CDH

CDH: falta consenso sobre restrição de horários na TV

A vinculação horária da classificação indicativa de programas de televisão foi tema de audiência pública, ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Lídice da Mata (PSB-BA), que requereu o debate, disse que os pais, quando estão no trabalho e não podem fiscalizar o que os filhos assistem na TV, devem ter a certeza de que os programas são adequados à idade deles. A senadora considera necessária a classificação, sem interferir no poder da família. Após as 22h, argumentou, os pais, em casa, podem permitir que seus filhos assistam a cenas de sexo ou de violência se considerarem adequado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) prevê sanção para emissoras que transmitem programação diversa do delimitado pelo Ministério da Justiça. Essa determinação, no entanto, é

alvo de ação direta de inconstitucionalidade do PTB, que alega caber ao Estado apenas indicar a classificação, mas não punir quem veicula os programas. O julgamento encontra-se suspenso no Supremo Tribunal Federal desde 30 de novembro, por um pedido de vista.

No Senado, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Emanuel Carneiro, avaliou que a legislação deve ser alterada. Já Lídice informou que, segundo o representante da Unesco, Guilherme Canela, é tradição nos países democráticos regulamentar o assunto, e a secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmen de Oliveira, é favorável à sanção para emissoras. Davi Ulisses, do Ministério da Justiça, também disse considerar o estatuto correto.

Para Wellington, Estado deve ajudar pais a proteger filhos

Pelo princípio de proteção da família, a fixação de horário para a veiculação de certos tipos de conteúdo é compatível com a Constituição, opinou Wellington Dias (PT-PI).

— Quem é que tem interesse em alterar algo já maturado na sociedade? Não podemos permitir que interesses comerciais, grupais, econômicos, quaisquer que sejam, estejam acima da vida — disse.

Segundo o senador, a

classificação indicativa “não se confunde com censura”, pois, ao mesmo tempo em que assegura “a mais ampla defesa do princípio democrático da liberdade de expressão”, a Constituição preceitua o estabelecimento de regras que protejam a ética, a família e a integridade da criança.

— Não se pode admitir a indução à alteração da saúde mental de crianças e adolescentes — afirmou.

Mercadante afirmou que os desafios a serem superados por seu ministério no período 2012–2015 são a defasagem tecnológica, as ações limitadas de sustentabilidade, a pobreza e as desigualdades regionais

País precisa vencer atraso científico, diz ministro

REDUÇÃO DA DEFASAGEM científica e tecnológica, ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental, superação da pobreza e redução das desigualdades regionais. Esses são os desafios que a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para 2012–2015 terá, segundo anunciou o ministro da pasta, Aloizio Mercadante, ontem, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Segundo Mercadante, a política do setor está fundada no seguinte tripé: promoção da inovação, formação e capacitação de recursos humanos, e fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica.

As conquistas dependem, acrescentou, do aperfeiçoamento do marco regulatório de fomento à inovação e de novo padrão de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico.

Se a intenção do governo é projetar a área de ciência e tecnologia como eixo estruturante do desenvolvimento brasileiro, não bastam programas viáveis. Também são necessárias verbas. Mercadante disse, durante a audiência, que o corte orçamentário sofrido pela pasta foi compensado pelo fortalecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que liberou R\$ 1,86 bilhão em 2011 — aumento de 52,7% em relação a 2010.



Ministro Aloizio Mercadante fala em audiência pública ao lado dos senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro

Governo destina R\$ 3,4 bi a bolsas de estudos

No cenário de investimentos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para o período 2011–2014, o Programa Ciência sem Fronteiras ocupa posição de destaque.

A projeção de gastos do programa no período é de R\$ 3,4 bilhões, dinheiro que deverá viabilizar a concessão de 100 mil bolsas, das quais 75 mil financiadas pelo governo e 25 mil, pela iniciativa privada.

Ciências básicas, engenharias e áreas tecnológicas são o

foco da iniciativa, que deverá aperfeiçoar a formação de estudantes brasileiros a partir da graduação — com bolsas de um ano de duração — e tentar atrair jovens cientistas com grande talento e pesquisadores visitantes estrangeiros ao Brasil com bolsas de três anos.

— A consulta aos editais já está disponível no [site www.cienciasemfronteiras.gov.br](http://www.cienciasemfronteiras.gov.br) — informou Mercadante.

O ministro pediu o apoio do Congresso para lançar

2013 como Ano da Ciência e Tecnologia no país.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Luiz Henrique (PMDB-SC) participaram do debate.

A cooperação entre a Comissão de Ciência e Tecnologia e o ministério, segundo o presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), motivou a decisão de marcar o encerramento dos trabalhos de 2011 com a exposição do ministro.



Filhotes clonados na Coreia do Sul a partir de células de um cachorro já morto

Comissão aprova regras para clonagem de animal

A regulamentação do manejo de material genético animal e de clones domésticos de interesse zootécnico foi aprovada ontem pela Comissão de Agricultura (CRA).

O projeto (PLS 73/07) de Kátia Abreu (PSD-TO) trata de produção, importação, comercialização, fiscalização, pesquisa e liberação no meio ambiente de clones de animais, como peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos.

Pelo texto, só o fornecedor devidamente cadastrado no órgão federal competente poderá produzir material genético animal e clones.

Em seu relatório, Acir Gurgacz (PDT-RO) lembrou que a discussão sobre a clonagem de animais se intensificou em 1996, quando a ovelha Dolly foi o primeiro mamífero clonado de uma célula adulta.

— Hoje importamos clone da Argentina, dos Estados

Unidos e do Canadá não porque o Brasil não tenha tecnologia. A Embrapa já provou a sua capacidade em desenvolver clones animais. Não temos ainda é uma regulamentação para que a Embrapa possa comercializar esses produtos — disse.

Já aprovada também na CCT, a proposta segue agora para a CCJ, e em seguida para decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente.

Pedro Taques avalia seu primeiro ano

Pedro França/Senado Federal



Pedro Taques (PDT-MT) fez balanço do seu primeiro ano de mandato, em que apresentou 27 projetos de lei e seis propostas de emenda à Constituição. Ele afirmou, entretanto, que um senador não deve ser avaliado pelo número de projetos, porque qualquer parlamentar pode recorrer a um “cola-cola”.

Entre as propostas destacadas pelo senador, estão a que transforma a corrupção em crime hediondo (PLS 204/11) e a que veda a parlamentares o exercício de cargos no Executivo (PEC 21/11).

Trajatória de Arraes é lembrada por Rollemberg

Pedro França/Senado Federal



Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) homenageou o ex-governador de Pernambuco Miguel

Arraes, que completaria 95 anos ontem. Nascido em 15 de dezembro de 1916, Arraes foi um dos brasileiros mais notáveis da história política brasileira, afirmou o parlamentar.

Rollemberg disse que Arraes, que governou o estado de Pernambuco por três mandatos e presidiu o Partido Socialista Brasileiro (PSB) por 12 anos, foi um político de “ideias visionárias e consciência libertária”.

Lauro Antônio faz homenagem a ex-governador

Moreira Matiz/Senado Federal



Lauro Antônio (PR-SE) prestou ontem homenagem a Luiz Garcia, ex-governador de Sergipe,

morto há um ano. Nascido em Rosário do Catete (SE), em 1910, Garcia foi advogado, promotor público, escritor, professor universitário e ocupou cargos públicos no extinto estado da Guanabara.

Na política, informou o senador, Garcia foi fundador do antigo PSD, deputado federal por quatro mandatos — tendo sido constituinte em 1935 — e governador de Sergipe, realizando obras que modernizaram o estado.

Presidente da comissão de juristas encarregada de elaborar anteprojeto do novo Código Penal, ministro Gilson Dipp, do STJ, disse ontem que a proposta vai incluir a tipificação do crime

Tráfico de pessoas deverá entrar no Código Penal

O ANTEPROJETO DO novo Código Penal, que será elaborado por comissão de juristas, vai incorporar tipos penais referentes aos crimes de tráfico internacional e interno de pessoas. A informação é do presidente do colegiado, ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que ontem recebeu minuta de projeto que tipifica esses crimes, elaborada pela CPI do Tráfico de Pessoas.

— Evidentemente que só a tipificação não vai resolver o problema. As políticas públicas precisam ser feitas, para que tenhamos a oportunidade de efetivar a aplicação das leis e não fique em aberto a sensação de impunidade em relação a este e tantos outros temas — disse, em audiência da CPI.

Segundo o ministro, o enfoque de política pública no enfrentamento da questão inclui considerar a necessidade de recursos; integração e cooperação entre órgãos públicos no plano interno e internacional; diálogo entre Executivo, Legislativo e Judiciário; e eficiência nas investigações. Ele lembrou que o tráfico de pessoas movimenta cerca de US\$ 32 bilhões por ano.

— Atualmente, o tráfico de pessoas seria a segunda ou terceira mais importante atividade criminosa no mundo em termos de rentabilidade,

Ângela apoia servidores dos territórios federais

Pedro França/Senado Federal



Ângela Portela (PT-RR) manifestou ontem apoio às reivindicações dos servidores públicos

dos antigos territórios federais, que são hoje os estados de Roraima, Amapá e Rondônia.

— Se a transformação em estados foi uma questão de justiça, com resultados imediatos do ponto de vista político e econômico, esse processo não se completou até hoje. Permanecem pendentes problemas relevantes para a população, dos quais merecem especial atenção as condições dos servidores públicos dos estados — disse.

Segundo a senadora, há 44.500 servidores dos ex-territórios federais que precisam resolver problemas referentes a suas carreiras.



Marinor, Vanessa e Dipp na CPI: crime movimenta US\$ 32 bi por ano no mundo

já ultrapassando o tráfico de drogas, mas não aparece.

Pelo texto entregue a Gilson Dipp, o crime de tráfico de pessoas se caracteriza para diversos fins: exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos ou outro que acarrete ofensa relevante à dignidade da pessoa ou à sua integridade física.

O tipo se aplica às condutas de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, alojar e acolher pessoa, entre outras atividades. Considera, para o fim pretendido, ações por meio de ameaça e coação, entre outras formas de violência, ou por fraude e engano.

Para o tráfico internacional, a pena será de quatro a dez anos de reclusão. No tráfico interno, a reclusão pode variar de três a oito anos. Há aumento de pena quando a vítima for menor de 18 anos, entre outras

Cyro apela por plano de carreira para Judiciário

Pedro França/Senado Federal



Cyro Miranda (PSDB-GO), como 2º vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento,

apelou à presidente Dilma Rousseff para que não vete aumento do Judiciário caso o Congresso aprove emenda nesse sentido.

— O plano de carreira requer pouco mais que 0,5% para ter implantada a primeira etapa em 2012. Quantitativo semelhante será necessário para as demais etapas a serem implantadas ao longo dos próximos anos — explicou, alegando que o governo gastou R\$ 38 bilhões entre 2008 e 2010 com o realinhamento de diversas carreiras do Executivo e agora estaria agindo com indiferença diante das reivindicações do Judiciário.

condições específicas. Se o crime for cometido com o fim de obter vantagem econômica, também podem ser aplicadas multas.

A relatora da CPI, Marinor Brito (PSOL-PA), falou da importância da cooperação internacional e da unificação das legislações para um combate efetivo ao crime. Para ela, governo, autoridades e a própria sociedade ainda estão fazendo muito pouco contra o tráfico de pessoas.

— O Brasil comete uma injustiça muito grande com as filhas das aldeias indígenas, com as filhas de pescadores e com todas as meninas que estão sendo traficadas, violadas na sua humanidade e muitas vezes assassinadas — disse a parlamentar.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que preside a CPI, coordenou a reunião.

Blairo destaca sucesso de dois mato-grossenses

Pedro França/Senado Federal



Dois mato-grossenses foram homenageados por Blairo Maggi (PR-MT) em Plenário: o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes,

e o produtor rural e empresário Eraí Maggi Scheffer. Mendes acaba de lançar um livro com seus votos e intervenções no tribunal. Já Eraí Maggi foi escolhido como uma das cem pessoas mais influentes do país, em levantamento da revista *Época*.

— Mendes é um juiz num país livre que quer continuar livre — resumiu.

Eraí Maggi Scheffer, por sua vez, é primo, amigo e colega de Blairo.

— É o maior produtor de soja do Brasil e o maior produtor de algodão do Brasil — registrou.

Alvaro cobra informações de ministro

Alvaro Dias (PSDB-PR) comunicou encaminhamento de pedido de informações ao ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, acusado de ter recebido R\$ 2 milhões por consultorias.

— É nosso dever utilizar de todos os expedientes possíveis para cumprir a tarefa fiscalizatória, que se impõe ao Congresso Nacional e especialmente à oposição — disse.



Pedro França/Senado Federal

Para Sarney, não há provas contra Pimentel

O presidente do Senado, José Sarney, disse que “não há nada provado” em relação às denúncias contra o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel. Ele afirmou, no entanto, que a Mesa nunca se recusou a enviar requerimentos de informação e lembrou que uma recusa em comparecer ao Senado pode ser considerada crime de responsabilidade.

Mozarildo defende regras para ONGs

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fará pedido formal ao presidente da Câmara, Marco Maia, para que dê celeridade a projetos que regulamentam a atuação das organizações não governamentais (ONGs). Ele disse que as instituições sérias deveriam ser as primeiras a encabeçar movimento para moralizar o setor.



Pedro França/Senado Federal

Cristovam pede explicações ao governador do DF

Cristovam Buarque (PDT-DF) aconselhou o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, a disponibilizar ao Ministério Público e à sociedade informações sobre sua vida financeira e fiscal, a fim de esclarecer denúncias, veiculadas pela imprensa, de enriquecimento ilícito de sua família. Para o senador, é necessária mobilização dos eleitores para cobrar esclarecimentos do governador.